

Governança Eletrônica NO Leste Maranhense, Brasil

Ana Vitória Monteiro Costa

Universidade Federal DO Piauí

Andréa Lima Barros

Instituto Federal DO Maranhão

Aécio DA Silva Martins

Instituto Federal DO Maranhão

Daniel Barroso DE Carvalho Ribeiro

Instituto Federal DO Maranhão

Hosana Maria DA Silva Sousa

Instituto Federal DO Maranhão

Elilucia DE Oliveira Bilhar

World Ecumenical University

Renan Almeida DE Farias

Faculdade Esmac

Lissandro Botelho

Instituto Federal DO Amazonas

Resumo:

Com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), especialmente a internet, novas formas de interação entre o Estado e os cidadãos surgiram. Nesse contexto, o conceito de governança eletrônica emergiu, referindo-se aos esforços dos governos para implementar processos e estruturas que aproveitem o potencial das TICs em vários níveis governamentais, com o objetivo de alcançar uma boa governança por meio do uso eficaz dessas tecnologias. Portanto, este artigo tem como objetivo analisar as práticas de governança eletrônica na mesorregião oriental do Maranhão, Brasil. Além disso, propõe-se a investigar a correlação dessas práticas com variáveis como o Índice de Desenvolvimento Municipal, a Renda Per Capita e o tamanho do município em termos de população. O estudo é estruturado por meio de pesquisa descritiva de natureza quantitativa, envolvendo 43 municípios do leste do Maranhão. Para analisar as práticas de governança eletrônica municipal, foi desenvolvido um indicador adaptado do estudo de Mello (2009), composto por cinco dimensões: práticas de conteúdo, serviços disponíveis, participação cidadã, privacidade e segurança, e usabilidade e acessibilidade. A coleta de dados foi realizada por meio de consultas individuais nos portais eletrônicos das prefeituras dos municípios, visando identificar a implementação de práticas de governança em cada dimensão. A análise dos dados foi conduzida utilizando estatísticas descritivas e o teste de correlação de Spearman, com o auxílio do Excel e do software estatístico Jamovi. Os resultados mostram que as práticas de usabilidade e acessibilidade são mais empregadas pelas prefeituras municipais no leste do Maranhão, enquanto as práticas de prestação de serviços são menos utilizadas pelos municípios. Também foi comprovado que o tamanho do município está positivamente relacionado ao índice de governança eletrônica municipal. O ênfase nas práticas de usabilidade e acessibilidade pelas prefeituras pode estar relacionado à crescente demanda pela adoção do governo eletrônico pelos municípios, o que pressupõe que até mesmo indivíduos inexperientes possam facilmente encontrar e fornecer as informações solicitadas nos sites.

Palavras-chave: *Tecnologia de Informação e Comunicação; Índice de Governança Eletrônica Municipal; leste Maranhense..*

Date of Submission: 08-08-2024

Date of Acceptance: 18-08-2024

I. Introdução

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs), especialmente da internet, novos modelos de interação entre o Estado e a sociedade estão surgindo. Essas tecnologias têm o potencial de aprimorar a gestão pública, contribuindo para a democratização, participação e transparência dos atos públicos⁸

Diante disso, emerge o conceito de governança eletrônica, que abrange tanto uma ideia quanto uma prática. Ela se refere aos esforços dos governos para implementar processos e estruturas que aproveitem as potencialidades das Tecnologias de Informação e Comunicação em diversos níveis governamentais, com o objetivo de alcançar uma boa governança através da utilização eficaz dessas tecnologias¹⁰.

Uma das principais iniciativas de uma boa governança é a implementação de sistemas de informatização para oferecer informações e serviços à população⁴. A divulgação dessas informações por meio de portais eletrônicos é conhecida como governo eletrônico. O governo eletrônico é um conceito mais restrito que a governança, pois envolve apenas a entrega de informações e serviços governamentais por meios digitais. Já a governança, além disso, permite a participação direta dos cidadãos na gestão das atividades governamentais. Portanto, a governança eletrônica é uma dimensão mais ampla, que engloba tanto o governo eletrônico quanto a democracia eletrônica⁹.

Nesse contexto, o acesso aos dados públicos e aos processos administrativos pode fortalecer a capacidade

dos cidadãos nas discussões sobre políticas públicas, na fiscalização dos gastos e na atuação dos funcionários públicos, auxiliando os governos a colocarem de forma mais inteligente os recursos públicos². No entanto, a implementação de governos pautados na transparência, responsabilização e participação dos cidadãos é um desafio para a administração pública do século XXI²

Desse modo, o presente artigo possui como questão central: como os municípios do Maranhão estão se posicionando em relação a governança eletrônica? Além de possuir o objetivo de analisar as práticas de governança eletrônica no leste maranhense e identificar a correlação da governança eletrônica com o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), renda per capita e tamanho da população.

O trabalho se justifica inicialmente pela ausência de estudos que investiguem a governança eletrônica no Maranhão. Além disso, a pesquisa pode contribuir significativamente para o avanço do conhecimento acadêmico e científico na área de administração pública, especialmente no que se refere à governança eletrônica e sua aplicação em contextos municipais.

A estrutura da pesquisa é constituída, além da introdução, pelos procedimentos metodológicos utilizados no estudo, a análise dos resultados e discussão e, por último, as considerações finais.

II. Material E Métodos

Esta pesquisa possui uma abordagem descritiva ao examinar as práticas de governança eletrônica nos municípios da mesorregião do leste maranhense, Brasil. Uma pesquisa descritiva é aquela que busca apenas descrever ou relatar como ocorrem certos fenômenos ou como se comportam determinadas variáveis em um contexto específico, a partir do estabelecimento de hipóteses sobre os fenômenos estudados¹⁰.

Enfatiza-se ainda que o trabalho possui uma abordagem quantitativa, que pode ser interpretado pela explicação de fenômenos mediante o tratamento de dados a partir do emprego de métodos estatísticos de análise¹

De acordo com o IBGE, a mesorregião leste maranhense é composta por 44 municípios. No entanto, no presente estudo, a governança eletrônica foi investigada em apenas 43 municípios, pois um deles não possuía website disponível para realizar consulta.

Metodologia do Procedimento

A coleta de dados, por sua vez, foi realizada exclusivamente por meio de consultas individuais nas páginas eletrônicas oficiais de cada município, consideradas aquelas que apresentam a extensão gov.br. Esta coleta ocorreu entre 29 de maio e 21 de junho de 2024.

O quadro 1 apresenta o constructo da pesquisa utilizado para coleta de dados nos websites das prefeituras do leste maranhense, conforme modelo usado por Mello (2009). O constructo aborda fatores relacionados às possíveis práticas adotadas pelas prefeituras, considerando cinco dimensões da governança eletrônica.

Quadro 1 – Práticas de Governança eletrônica

Práticas de Conteúdo
1. Disponibiliza uma lista de links de órgãos internos e externos, a localização dos escritórios, agências, setores, etc., contato com horário de funcionamento, endereço, nomes etc.; 2. Disponibiliza a agenda do gestor e das políticas da instituição; 3. Disponibiliza as informações do orçamento, relatórios contábeis, anexos da LRF, informações das licitações em andamentos, editais etc. 4. Disponibiliza informações sobre os cargos, competências e salários dos servidores. 5. Disponibiliza as informações sobre concurso público, editais, gabaritos de provas etc.

6. Permite a cópia de documentos públicos, por meio de impressão, download etc; 7. Disponibiliza um calendário de eventos da comunidade, um quadro de anúncios/informações, etc. 8. Disponibiliza em seu site os arquivos de áudio e vídeo de eventos públicos, palestras, encontros etc.
Práticas de serviços disponíveis
9. Disponibiliza e-mails, telefones e endereços para solicitar informações.. 10. Permite acesso a informações privadas utilizando senhas, como em registro criminais, educacionais, médicos, cadastro civil etc. 11. Permite o acesso a informações relacionadas à educação, indicadores econômicos, instituições educacionais, meio ambiente, saúde, transporte etc. 12. Identifica o responsável ou gerenciador do site para possível contato ou responsabilização. 13. Disponibiliza um relatório das violações de leis e regulamentos administrativos. 14. Disponibiliza um mecanismo para submissão, monitoramento e eliminação de queixas/denúncias públicas. 15. Disponibiliza as notícias e informações sobre políticas públicas. 26. Permite o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhorias, multas etc. Essa prática deve permitir o acesso a informações, preenchimento de guias, cálculo do tributo e possível multa de juros, inclusive, o pagamento on-line. 17. Permite a consulta a dados cadastrais, débitos de IPTU e ISS, emissão de guias para pagamento de multa. 18. Permite a obtenção eletrônica de documento tributários, como: consultas e certidões tributárias, nota fiscal eletrônica etc. 19. Permite o registro do cidadão e/ou empresa para serviços on-line. 20. Concede licenças, registros ou permissões, como: licença sanitária, licença/registo de cães e outros animais, licença para abrir e fechar estabelecimentos, permissões para construção etc. 22. Publicar oseditais de abertura de licitações e seus respectivos resultados.
Práticas de participação cidadã
23. Possui boletim informativo on-line. 24. Disponibiliza um e-mail para contato, com a descrição da política adotada de resposta, começando com o tempo e a data de recepção, o prazo estimado para resposta, o que fazer sea resposta não foi recebida e uma cópia da sua mensagem original. 25. Disponibiliza um quadro de anúncios, bate-papo, fórum de discussão, chats etc., para discutir questões políticas, econômicas e sociais, com os gestores eleitos, órgãos específicos, especialistas etc., facilitando o diálogo entre prefeito e cidadãos, com verdadeira possibilidade de participação. 26. Disponibiliza a agenda d reuniões ou calendário das discussões pública, incluindoo tempo, lugar, agenda e informações sobre os depoimentos dos cidadãos, participação, observação ou opções. 27. Fazer pesquisas ou sondagens, breves ou mais detalhadas, de satisfação, opinião, manifestação de preferências e sugestões, para verificar a percepção do cidadão quanto aos serviços prestados e à própria estrutura de governança eletrônica. 28. Disponibiliza um canal específico para encaminhamento de denúncias. 29. Disponibiliza informações biográficas, e-mail, telefone, fotografia, endereço para contato com os gestores eleitos e membros dagestão municipal. 30. Disponibiliza a estrutura e as funções da prefeitura. 31. Disponibiliza um link específico para “democracia” ou “participação cidadã” na página principal do seu site, que o leva a uma seção especial, detalhandoa finalidade e missão das unidades públicas, os decisores de alto nível, permitindo ligações com a legislação, orçamento e outros detalhes de informações de accountability
Práticas de privacidade e segurança
32. Declarar a política de privacidade no site, descrevendo os tipos de informações recolhidas e as políticas de utilização e partilha das informações pessoas, identificando os coletores das informações, disponível em todas as páginas que aceitam os dados, e com a data em que a política de privacidade foi revisada.. 32. Permitir que o usuário revise os dados pessoais e conteste os registros de informações incompletas ou erradas. 33. Informar as práticas antes de qualquer informação pessoal ser coletada, evidenciando a entidade que está obtendo a informação, o propósito do recolhimento, potenciais recebedores, natureza da informação, meios de coleta, se as informações são voluntárias ou obrigatórias e consequência do não fornecimento. 34. Limitar o acesso de dados e garantir que não será utilizado para fins não autorizados, utilizando senhas e criptografia de dados sensíveis e procedimentos de auditoria. 35. Disponibilizar um endereço de contato, telefone e/ou email, específicos para denúncias, críticas, etc..., sobre a política de privacidade e segurança. 36. Permitir o acesso a informações não públicas para os servidores mediante uma área restrita que exija senha e/ ou registro.
Práticas de Usabilidade e Acessibilidade
37. Determinar o público-alvo do site, com canais personalizados para grupos específicos, como cidadãos, empresas ou outros órgãos públicos. 38. A barra de navegação deve ter os itens agrupados na área de navegação, termos claros utilizados para definir as opções de navegação de categorias, ícones de navegação de reconhecimento imediato da classe de itens, links identificados etc. 39. Fornecer links clicáveis para a página inicial em todas as páginas, para os departamentos governamentais e para sites relacionados fora do governo. 40. Disponibilizar na página principal um mapa do site ou esboço de todos os sites. 41. As páginas devem ser constituídas com cores padrão e consistentes, com a adequação de estilos de fonte, formatação de texto, visibilidade dos elementos, critériopara uso de logotipos etc. 42. Disponibilizar a data da última atualização das páginas. 43. Disponibilizar versões alternativas de documentos longos, como arquivos em pdf ou doc. 44. Dispor de seu próprio mecanismo de pesquisa, permitindo que as pesquisas sejam feitas de forma específica, por secretaria, em todo o site etc.; com recursos de pesquisas avançados, como a utilização de palavras, frases exatas, combinação etc.; com capacidade para classificar os resultados da pesquisa por relevância ou outros critérios. 45. disponibilizar um mecanismo de acesso aos portadores de necessidades especiais. 46. Disponibilizar os conteúdos do site em mais de um idioma. 47. Disponibilizar os conteúdos de áudio com transcrições escritas e/ou legendas. 48. Permitir o acesso ao site e seus conteúdos por meio do teclado do computador

Fonte: Adaptado de Mello (2009).

Para examinar a implementação de práticas de governança eletrônica, foi instituída uma escala que varia de 0 a 2, diferentemente do estudo de Mello (2009), que adotou uma escala de 0 a 3. A nota 0 foi atribuída para as práticas não divulgadas no website dos municípios, 1 para ações parcialmente divulgadas e 2 para práticas totalmente encontradas. Destaca-se que, em alguns casos, não foi possível pontuar as práticas entre 0 e 2, já que essas práticas referiam-se a questões simples de estarem ou não presentes nos portais eletrônicos. Nesses casos, foi utilizada a nota 0 para práticas não identificadas e 1 para práticas presentes nos portais.

Após a obtenção dos dados, foi calculado o índice de governança eletrônica municipal, obedecendo às etapas definidas no estudo de Mello (2009). A tabela abaixo evidencia os procedimentos adotados para a mensuração desse índice no presente estudo.

Tabela 1 - Procedimento adotado para a mensuração do Índice de Governança Eletrônica Municipal (IGEM)

Procedimentos	Conteúdos	Serviços	Participação cidadã	Privacidade e segurança	Usabilidade e acessibilidade
Peso igual entresubgrupos	20	20	20	20	20
Nº de práticas porsubgrupo	8	13	9	6	13
Pontuação de cada prática dentro do subgrupo	2,5	1,54	2,2	3,3	1,54
Práticas com resposta 0 - 1					
Práticas 0	0	0	0	0	0
práticas 1	2,5	1,54	2,2	3,3	1,54
Práticas com resposta 0 - 2					
0	0	0	0	0	0
1	1,25	0,77	1,1	1,65	0,77
2	2,5	1,54	2,2	3,3	1,54

Fonte: Adaptado de Mello (2009)

Primeiramente, foi estabelecido um peso igual para os subgrupos do construto, empregando uma escala que varia de 0 a 100. Cada subgrupo (conteúdo, serviços, participação cidadã, privacidade e segurança, e usabilidade e acessibilidade) recebeu um peso de 20%, ou 20 pontos. Em seguida, foi atribuída uma pontuação para cada prática dentro de cada subgrupo, dividindo o peso de 20 pontos pelo número de práticas em cada categoria.

Por exemplo, o subgrupo de conteúdo possui um peso de 20 e é composto por 8 práticas. Dividindo esse peso entre as práticas, cada uma recebe uma pontuação de 2,5. Para as práticas avaliadas na escala de 0 a 1, aquelas que obtêm resposta 0 (prática não identificada) recebem pontuação 0, enquanto as que obtêm resposta 1 (prática identificada) recebem pontuação 2,5. Para as práticas avaliadas na escala de 0 a 2, os pesos são atribuídos da seguinte forma: práticas com pontuação 0 (prática não identificada) recebem 0, práticas com pontuação 1 (prática parcialmente encontrada) recebem 1,25, e práticas com pontuação 2 (prática totalmente identificada) recebem 2,5.

Considerando esse procedimento para todas as práticas nos respectivos subgrupos, somam-se todos os pontos obtidos pelos municípios, resultando em um total que representa a implementação das práticas de governança eletrônica municipal em uma escala de 0 a 100.

Análise Estatística

A análise de dados foi realizada utilizando o Excel e o software estatístico Jamovi 2.3.28. Inicialmente, o Excel foi empregado para calcular o índice de governança eletrônica de cada município. Em seguida, foi realizada a estatística descritiva de cada uma das categorias do construto. Posteriormente, o Jamovi foi utilizado para correlacionar o índice de governança o IDHM, Renda per capita e tamanho da população.

O exame da correlação foi realizado utilizando o teste de correlação de Spearman. Este teste é uma medida estatística não paramétrica empregada para avaliar a relação entre duas variáveis ordinais ou intervalares que não seguem uma distribuição normal. Ele avalia a força e a direção da associação entre essas variáveis com base nos rankings ou ordens dos dados, ao invés de seus valores absolutos. Em suma, o teste de Spearman calcula o coeficiente de correlação de postos, que varia de -1 a +1. Um coeficiente de +1 indica uma correlação positiva perfeita, enquanto um coeficiente de -1 indica uma correlação negativa perfeita. Um coeficiente de 0 indica a ausência de correlação linear entre as variáveis.

III. Resultados E Discussão

Com o intuito de analisar a governança eletrônica no leste maranhense, foi criado o Índice de Governança Eletrônica Municipal (IGEM) com base na metodologia de Mello (2009). A Tabela 2 apresenta o IGEM, a pontuação das práticas de cada subgrupo e a classificação geral dos municípios, ordenada de forma decrescente conforme a implantação dessas práticas.

Tabela 2 - Índice de Governança eletrônica do leste maranhense

Posição	Município	Pontuação de cada subgrupo					IGEM
		PCont	PSer	PPC	PPS	PUA	
1º	Aldeias altas	15	9,24	9,9	13,2	16,17	63,51
2º	Barão de Grajaú	12,5	6,93	12,1	13,2	13,86	58,59

3°	São João dos Patos	10	7,7	9,9	14,85	14,63	57,08
4°	Santa Quitéria do Maranhão	10	7,7	12,1	13,2	13,86	56,86
5°	Paraibano	12,5	7,7	9,9	13,2	13,09	56,39
6°	São Bernardo	10	8,47	9,9	13,2	14,63	56,2
7°	Coroatá	15	7,7	8,8	9,9	13,09	54,49
8°	São Bernardo do Rio Preto	12,5	6,6	12,1	9,9	13,09	54,19
9°	Nova Iorque	10	4,62	11	13,2	14,63	53,45
10°	Araioses	15	6,93	9,9	6,6	14,63	53,06
11°	Magalhães de Almeida	12,5	5,39	9,9	9,9	14,63	52,32
12°	Urbano Santos	15	6,16	9,9	6,6	13,09	50,75
13°	São João do Soter	11,25	6,16	9,9	8,25	14,63	50,19
14°	São Francisco do Maranhão	8,75	4,62	9,9	13,2	13,09	49,56
15°	Sucupira do Riachão	8,75	4,62	6,6	14,85	14,63	49,45
16°	Alto Alegre do Maranhão	10	5,39	7,7	13,2	13,09	49,38
17°	Parnarama	12,5	6,93	9,9	6,6	13,09	49,02
18°	Codó	15	6,16	5,5	8,5	13,09	48,25
19°	Brejo	10	6,93	9,9	6,6	14,63	48,06
20°	Santana do Maranhão	8,75	4,62	9,9	9,9	14,63	47,80
21°	Buriti Bravo	7,5	9,24	8,8	8,25	13,86	47,65
22°	Timbiras	11,25	6,16	8,8	6,6	14,63	47,44
23°	Mirador	10	6,16	9,9	8,25	13,09	47,4
24°	Caxias	15	6,16	5,5	6,6	13,09	46,35
25°	Timon	10	7,7	8,8	4,95	14,63	46,08
26°	Coelho Neto	10	10,01	7,7	3,3	14,63	45,64
27°	Anapurus	10	6,16	8,8	4,95	14,63	44,54
28°	Sucupira do Norte	11,25	5,39	6,6	6,6	14,63	44,47
29°	Capinzal do Norte	7,5	6,93	8,8	6,6	14,63	44,46
30°	Chapadinha	11,25	5,39	7,7	4,95	14,63	43,92
31°	Mata Roma	10	6,16	6,6	6,6	13,86	43,22
32°	Pastos Bons	10	7,7	8,8	3,3	13,09	42,89
33°	Colinas	10	6,16	6,6	6,6	13,09	42,45
34°	Peritoró	10	6,93	8,8	3,3	13,09	42,12
35°	Belágua	12,5	5,39	11	1,65	11,55	42,09

36°	Jatobá	7,5	6,16	8,8	4,95	14,63	42,04
37°	Matões	12,5	6,16	9,9	1,65	11,55	41,76
38°	Passagem Franca	12,25	4,62	9,9	0	14,63	41,65
39°	Lagoa do Mato	10	4,62	9,9	1,65	14,63	40,8
40°	Água Doce do Maranhão	10	3,85	6,6	4,95	14,63	40,03
41°	Milagres do Maranhão	6,25	4,62	7,7	4,95	14,63	38,15
42°	Duque Bacelar	8,75	4,62	3,3	3,3	15,4	35,37
43°	Afonso Cunha	5	3,85	7,7	1,65	13,09	31,29

Fonte: Elaborado pelos autores

Percebe-se que Aldeias Altas é o município que possui a melhor governança eletrônica, tendo implementado 63,51% das práticas. Em contraste, Afonso Cunha registra o pior IGEM do leste maranhense, com apenas 31,29 % de práticas implantadas. Tal resultado demonstra que existe uma disparidade significativa na implementação das práticas de governança eletrônica entre os municípios dessa microrregião.

Após analisar o IGEM consolidado de cada município, a Tabela 3 apresenta a estatística descritiva de cada categoria do índice. Os dados mostram que as práticas de usabilidade e acessibilidade são as mais implantadas pelas prefeituras do leste maranhense, com Aldeias Altas (16,17) e Duque Bacelar (15,4) alcançando as maiores pontuações nessa categoria. Esse resultado é consistente com a pesquisa de Flores et al. (2022), que revelou que as práticas de usabilidade e acessibilidade eram as mais utilizadas pelos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte (MG).

Tabela 3 – Estatística descritiva das categorias do IGEM

Categoria	Média	Desvio-padrão
Conteúdo do site	10,9	1,32
Serviços disponíveis	6,35	1,20
Participação cidadã	8,9	1,27
Segurança e privacidade	7,6	1,38
Usabilidade e acessibilidade	13,99	1,28

Fonte: Elaborado pelos autores

Na tabela acima, observa-se que a categoria de conteúdo do site foi a segunda mais bem pontuada. Aldeias Altas, Coroatá, Araióses, Urbanos Santos, Codó e Caxias foram os municípios com as maiores pontuações nesta categoria, todas alcançando 15 pontos. O subgrupo de participação cidadã destacou-se como o terceiro mais pontuado, com Barão de Grajaú, Santa Quitéria do Maranhão e São Bernardo do Rio Preto obtendo uma pontuação de 12,1. Já a categoria de segurança e privacidade ficou na quarta posição, com São João dos Patos e Sucupira do Riachão alcançando 14,85 pontos.

As práticas de serviços disponíveis são as menos implementadas pelas prefeituras, indicando que a entrega dos serviços não está recebendo a atenção necessária em termos de implementação pelos municípios. No entanto, destaca-se que Aldeias Altas se sobressai nessa categoria, especialmente ao facilitar o acesso às informações educacionais através do portal do aluno e professor.

Os resultados deste estudo estão alinhados com os de outros pesquisadores^{5,6}, que também observaram o predomínio de portais eletrônicos governamentais focados em usabilidade, acessibilidade e conteúdo. No entanto, a oferta de serviços, a preocupação com a privacidade e a promoção de mecanismos de participação popular são frequentemente negligenciados. Isso cria uma lacuna significativa para os municípios alcançarem índices mais elevados de governança eletrônica, que não apenas pressupõe a disponibilização de informações, mas também a promoção ativa da participação cidadã⁹.

Após verificar as práticas de governança eletrônica nos municípios do leste maranhense, a segunda parte da pesquisa visa evidenciar a correlação dessas práticas com as variáveis tamanho, IDHM e renda per capita. Ressalta-se que as variáveis do estudo foram testadas quanto à normalidade de distribuição. Como a variável tamanho da população não atendeu ao requisito de normalidade, descartou-se análise de correlação de Pearson, optando-se pela análise de correlação de Spearman.

Tabela 4 - Matriz de correlação

Variáveis	IGEM	Tamanho da população	IDHM	Renda per capita
IGEM	-	-	-	-
Tamanho	0.314*	-	-	-
IDHM	0.277	0.437	-	-
Renda per capita	0.058	0.206	0.433*	-

Nota: * $p < 0,05$

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 4 revela uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre o tamanho da população e o IGEM. Uma correlação na faixa de 0,2 a 0,39 é considerada fraca. Neste estudo, verifica-se que, embora haja uma correlação entre essas variáveis, ela é de baixa intensidade. Isso sugere que o tamanho da população possui alguma relação sobre o nível de governança eletrônica, porém pode haver outros fatores mais importantes que não foram explorados pela análise³

Segundo De Moura et al.⁵, o tamanho do município tende a relacionar positivamente com o IGEM, pois as cidades maiores possuem condições mais favoráveis para realizar investimentos na área de governança eletrônica.

IV. Conclusão

Em suma, este trabalho teve como objetivo investigar as práticas de governança eletrônica no leste maranhense e identificar sua correlação com as variáveis IDHM, renda per capita e tamanho. Para isso, foi construído um índice de governança eletrônica municipal, adaptado do estudo de Mello (2009).

A partir da construção do IGEM, foi possível reconhecer que Aldeias Altas é o município do leste maranhense que apresenta as melhores práticas de governança eletrônica, enquanto Afonso Cunha possui o pior índice de governança eletrônica da região.

Após a aplicação da estatística descritiva, os achados da pesquisa indicaram que, das cinco dimensões do índice, a usabilidade e acessibilidade apresentaram o maior grau de adesão às práticas de governança eletrônica, enquanto a prestação de serviço teve o pior desempenho. A ênfase nas práticas de usabilidade e acessibilidade pode estar relacionada à crescente demanda pela adoção do governo eletrônico pelos municípios, que pressupõe que até pessoas inexperientes consigam facilmente encontrar e fornecer as informações solicitadas nos sites.

Adicionalmente, o estudo concluiu que a variável tamanho da população possui alguma relação, ainda que fraca, com o nível de governança eletrônica, sugerindo que cidades maiores têm mais chances de aderirem às práticas de governança eletrônica.

Para futuras pesquisas, sugere-se a inclusão de novas variáveis que possam estar relacionadas à implementação das práticas de governança eletrônica, além de replicar o estudo em outros municípios das diferentes regiões do país. Também é recomendada a comparação dos resultados entre esses municípios.

Referencias

- [1]. Aliaga, M., & Gunderson, B. (2002). *Interactive Statistics*. Virginia, America: Pearson Education.
- [2]. Bueno, R. L. P., De Brelaz, G., & Salinas, N. S. C. (2016). Administração Pública Brasileira No Século 21: Seis Grandes Desafios. *Revista Do Serviço Público*, 67, 7-28.
- [3]. Baba, R. K., Vaz, M. S. M. G., & Costa, J. D. (2014). Correção De Dados Agrometeorológicos Utilizando Métodos Estatísticos. *Revista Brasileira De Meteorologia*, 29, 515-526.
- [4]. Cruz, C. F., De Souza Ferreira, A. C., Da Silva, L. M., & Da Silva Macedo, M. Á. (2012). Transparência Da Gestão Pública Municipal: Um Estudo A Partir Dos Portais Eletrônicos Dos Maiores Municípios Brasileiros. *Revista De Administração Pública*, 46(1), 153-A.
- [5]. De Souza, P. R. R., Curi, M. A., & Nuintin, A. A. (2019). Práticas De Governo Eletrônico Nos Municípios: Um Estudo Da Mesorregião Do Sul E Sudoeste Do Estado De Minas Gerais. *Reunir Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade*, 9(1), 63-72.
- [6]. De Moura, G. D., Dallabona, L. F., Fank, O. L., Almeida-Santos, P. S., & Varella, P. S. (2015). Análise Das Práticas De Governança Eletrônica De Municípios Do Estado De Santa Catarina. *Ágora: Revista De Divulgação Científica*, 20(2), 84-106.
- [7]. Flores, N. M., Galvão, E. C., & Neto, J. E. B. (2022). Índice De Governança Eletrônica Dos Municípios Da Região Metropolitana De Belo Horizonte (Mg). *Encontro Brasileiro De Administração Pública*.
- [8]. Gomes, M. G. S. (2022). Análise Das Práticas De Governança Eletrônica Nos Portais Governamentais Das Capitais Nordestinas (Bachelor's Thesis, Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte).
- [9]. Mello, G. R. (2009). Estudo Das Práticas De Governança Eletrônica: Instrumento De Controladoria Para A Tomada De Decisões Na Gestão Dos Estados Brasileiros. [Tese De Doutorado, Universidade De São Paulo].
- [10]. Malhotra, N. K. (2019). *Pesquisa De Marketing: Uma Orientação Aplicada*. Bookman Editora.